



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) foi criada em 2003 e passou por uma reorganização societária em 2018, a qual culminou na criação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

Na Codemig, ficou a parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para exploração de nióbio em Araxá; na Codemge, o propósito de continuar a promoção do desenvolvimento em Minas Gerais, em suas diferentes nuances.

Como parte do Grupo Codemge, a Codemig cumpre importante papel no trabalho em prol do crescimento de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a CBMM, a Codemig dedica-se, portanto, ao nióbio, valorizando o potencial mineral do estado e buscando novas oportunidades de negócios.

Em 2024, a Codemig atingiu a receita líquida de R\$1,7 bilhão, desempenho superior ao do exercício anterior e o maior de sua história. Isso se deve principalmente ao aumento de 17% no volume das vendas e também a aspectos externos, como a grande variação cambial do dólar, euro e iene ocorrida no período, o que contribuiu com esse lucro recorde. Esse resultado cresce há cinco anos consecutivos.

Como é de conhecimento público, em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais a proposição de emenda constitucional para permitir a transferência à União das ações que garantem o controle da Codemig. A Companhia atualmente realiza estudos internos, a fim de permitir sua adequada avaliação no cenário de uma eventual federalização. Todas as análises e decisões sobre o futuro da empresa considerarão seu objetivo maior: contribuir para os avanços de Minas Gerais.

Após um 2024 importante nesse caminho, estamos prontos para um 2025 ainda mais forte!

Luísa Cardoso Barreto
Diretora-Presidente

2 PERFIL CORPORATIVO

A Codemig

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado, os quais, após cisão parcial, foram então assumidos por sua acionista majoritária, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da administração indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Codemig dedica-se à exploração do nióbio. A figura a seguir apresenta a estrutura societária do Grupo Codemge:

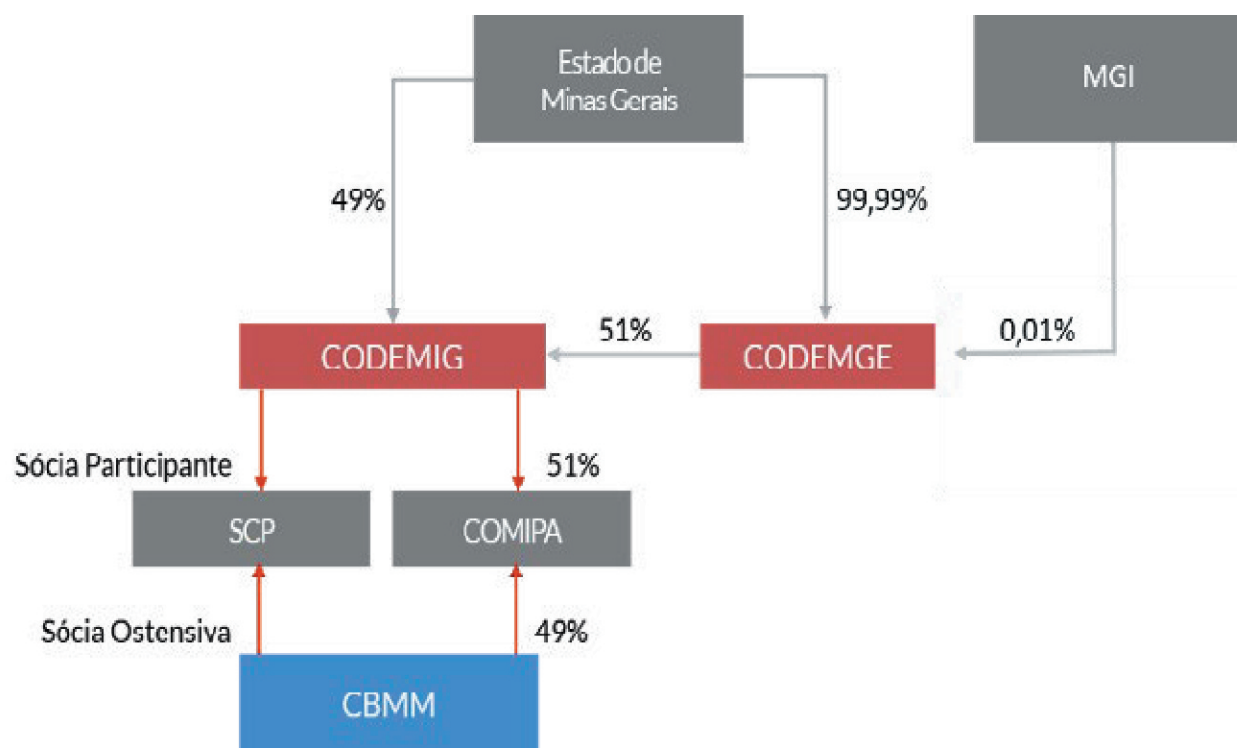


Figura 1: estrutura societária do Grupo Codemge



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

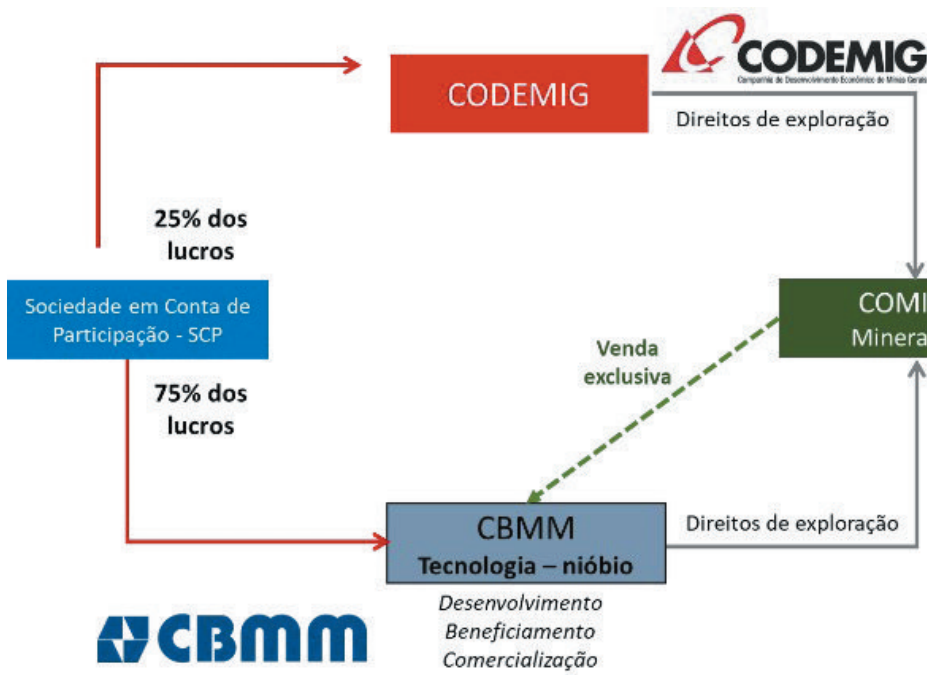


Figura 2: síntese do modelo operacional da exploração de nióbio

Companhia de controle compartilhado pela Codemig e pela CBMM para extração do minério bruto (pirocloro)

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a governança corporativa tem sido um dos alicerces do planejamento estratégico do Grupo. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para mensurar e desenvolver seu nível de excelência em relação ao tema, a Codemig realiza, anualmente, seu diagnóstico e autoavaliação pelos critérios do indicador IG-SEST, paradigma das melhores práticas de governança corporativa no âmbito federal, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, aplicável às estatais federais. Em 2024, os resultados desse trabalho demonstraram que a Codemig se mantém no mais elevado nível de maturidade de governança do indicador, o Nível 1.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa e a prestação de contas são os fundamentos da Companhia para a efetiva geração de valor ao povo mineiro no desenvolvimento de seu objeto social.

As práticas de governança corporativa adotadas pela Codemig são transversais e alcançam seus principais stakeholders, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência ao processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados pela Companhia.

A estrutura de governança que compõe o Grupo Codemig é composta por acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Secretaria de Governança, Auditoria Interna, Gerência de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e Auditores independentes.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas na Lei 13.303/2016 e na Lei 6.404/1976 e demais legislação aplicável.



Nióbio

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere importantes propriedades aos compostos, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.

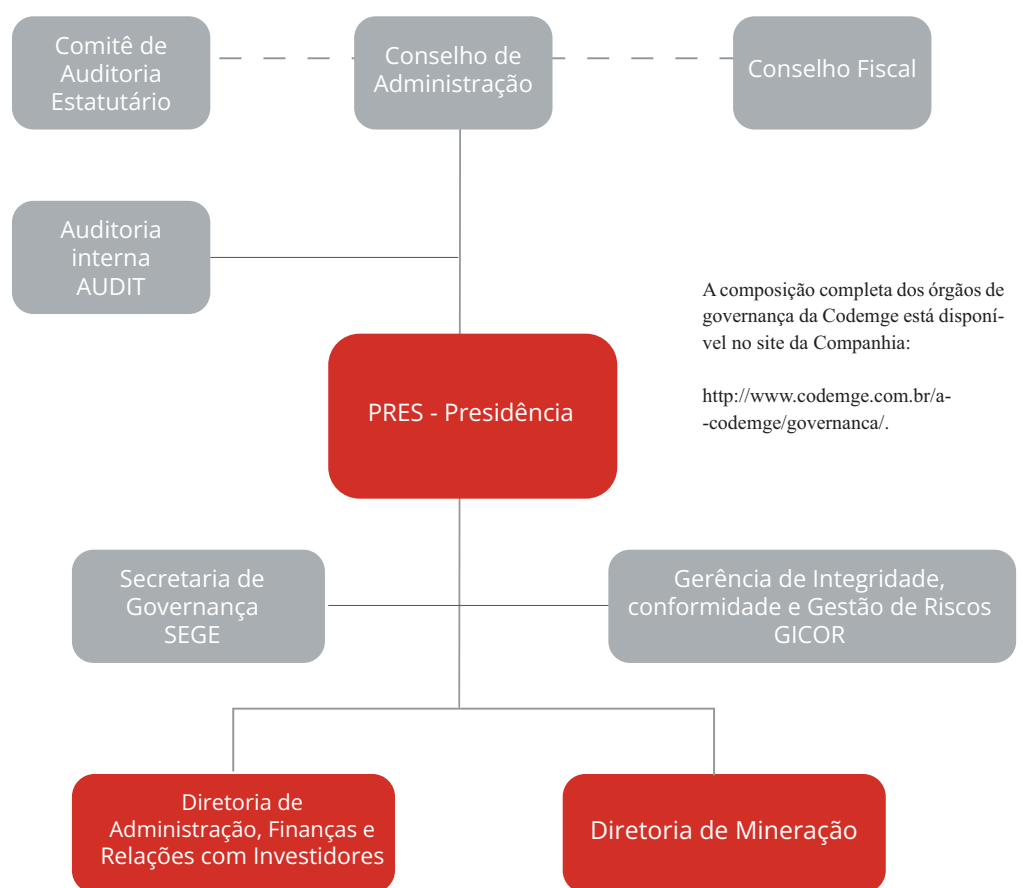
Outras aplicações incluem a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais, usadas em receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o leque de aplicações do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

Para lavrar o minério das minas do Barreiro, em Araxá, a Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa), formada pelos direitos minerários das duas acionistas. Ambas as empresas (Codemig e CBMM) também são sócias em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), em que a CBMM é a sócia ostensiva.

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e pelo gerenciamento das jazidas de nióbio pertencentes à Codemig e à CBMM. A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973, confirmado em 2002 e está válido até 2032.

3 MODELO DE NEGÓCIO

A Codemig é titular de concessões de lavra de pirocloro e associados, localizados no Barreiro, município de Araxá. Por meio da Sociedade em Conta de Participação estabelecida com a CBMM, a Codemig possui o interesse de promover o máximo aproveitamento do colúmbio contido nas suas minas, para que, com seus royalties, possa impulsionar o Estado de Minas Gerais.



A composição completa dos órgãos de governança da Codemig está disponível no site da Companhia:

<http://www.codemig.com.br/a-codemig/governanca/>

Figura 3: estrutura de governança da Codemig



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 POLÍTICA E DISTRIBUIÇÃO DOS DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas da Companhia se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP são considerados como dividendos obrigatórios às ações ordinárias e/ou como dividendo prioritário.

A base de cálculo para a remuneração das ações preferenciais é o montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela SCP, que é decorrente da venda de produtos derivados do beneficiamento e industrialização de minério de pirocloro, que sejam remanescentes após as deduções legais para apuração do lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos da Companhia. Não obstante a sua base de cálculo, o dividendo prioritário está limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. De acordo com o artigo 7º do Estatuto Social, é assegurado às ações preferenciais o recebimento dos dividendos prioritários, que, quando devidos, são pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, conforme aplicável, mediante deliberação da Diretoria, a forma do artigo 11º do Estatuto Social e respeitados os limites legais.

A base de cálculo para remuneração das ações ordinárias é o lucro líquido já ajustado, deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais. De acordo com o artigo 10º do Estatuto Social, é assegurado às ações ordinárias, em cada exercício, dividendo obrigatório de 70% (setenta por cento) do lucro líquido já ajustado, deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com o levantamento de balanço, e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes, conforme aplicável.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

A tabela a seguir apresenta os proventos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Codemge:

	Dividendos Pagos			
	EMG		Codemge	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos (i)	73.816	51.693	76.829	53.803
Dividendos preferenciais (ii)	669.476	629.522	696.804	655.220
JCP prioritários (iii)	11.760	19.600	12.240	20.400
	755.052	700.815	785.873	729.423

(i) Em 2024, dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2024, referentes à destinação do lucro do exercício de 2024 e saldo residual na conta de reserva de lucros, e, em 2023, dividendos deliberados em AGOE realizada em 28 de abril de 2023, referente à destinação do lucro do exercício de 2022.

(ii) Dividendos preferenciais pagos em 2024, referentes ao período de novembro de 2023 a outubro de 2024 e, comparativamente, dividendos preferenciais pagos em 2023, referentes ao período de novembro de 2022 a outubro de 2023; o cálculo é realizado sobre o montante equivalente a 25% do resultado da SCP mantida com a CBMM, sempre limitado ao lucro líquido do exercício.

(iii) Juros sobre o capital próprio prioritários, pagos mensalmente aos acionistas preferenciais, calculados de acordo com a Lei 9.249/1995 e considerados para fins de cálculo dos dividendos preferenciais.

Dividendos pagos

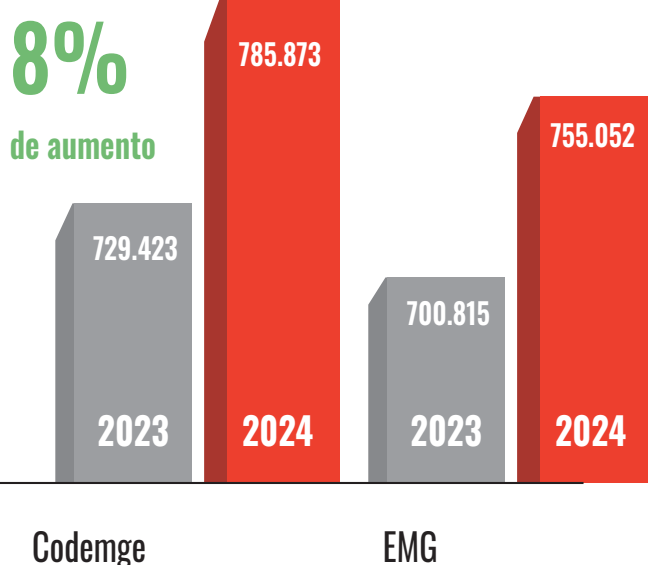


Gráfico 1: Dividendos pagos 2024 x 2023

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita líquida

A Codemig atingiu, em 2024, receita líquida de **RS1,7 bilhão**. Essa receita cresce há cinco anos consecutivos, principalmente em função do impacto positivo no resultado da SCP, derivado do aumento em 17% no volume das vendas e em função de aspectos externos, como a grande variação cambial do dólar, euro e iene ocorrida no período.

A receita líquida recebida em 2024 pela Codemig foi 17% maior que a de 2023 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$250 milhões a maior que em 2023.

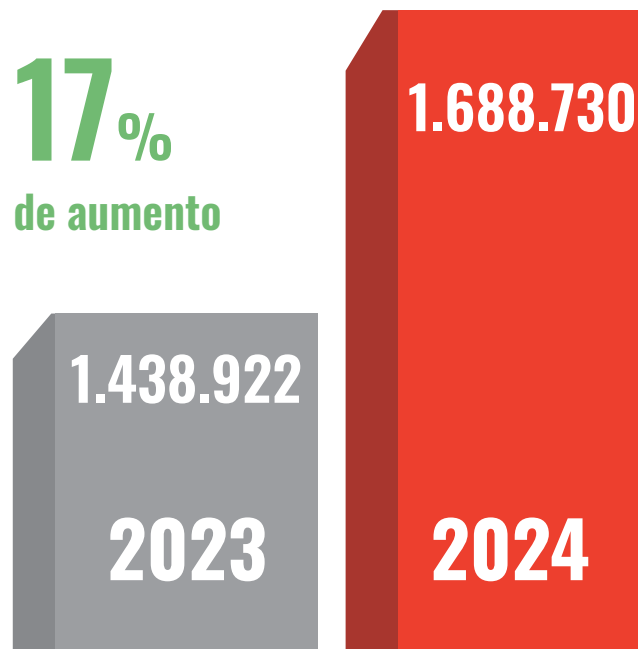


Gráfico 2: receita líquida 2024 x 2023

Impostos da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2024, foram registrados R\$599 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2025. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2024, considerando o valor pago em janeiro de 2025 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$867 milhões no ano.

Lucro líquido

A Codemig aumentou seu resultado positivo em 2024, atingindo lucro líquido recorde de R\$1,7 bilhão, o maior da sua história.

Os principais motivos de o crescimento do lucro líquido não ter acompanhado o aumento da receita líquida foram: a redução de 22% do resultado financeiro; e gastos com municipalização realizados em 2024, oriundos da Lei Estadual 24.601/2023, no montante de R\$100 milhões.

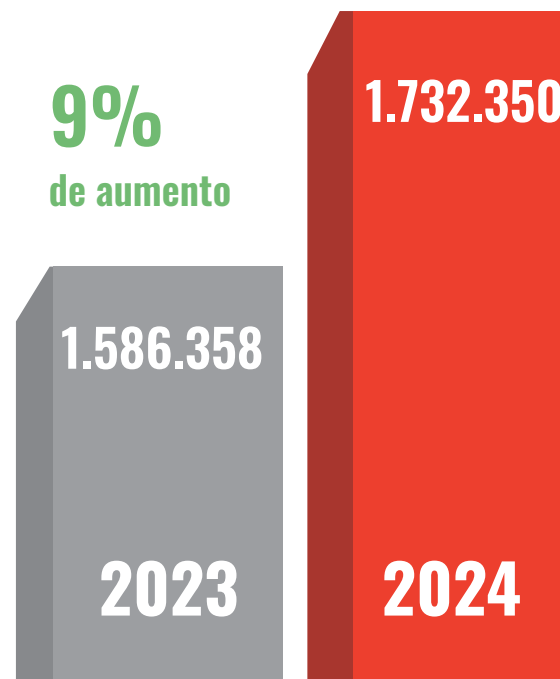


Gráfico 3: lucro líquido 2024 x 2023



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas gerais e administrativas

A variação do saldo das despesas gerais e administrativas em 2024 é causada principalmente:

(1) pela reversão de aproximadamente R\$27 milhões da perda por redução ao valor recuperável do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, conforme elaboração de novo laudo de avaliação;

(2) por outras variações pulverizadas, que representam um pequeno aumento nas despesas gerais e administrativas.

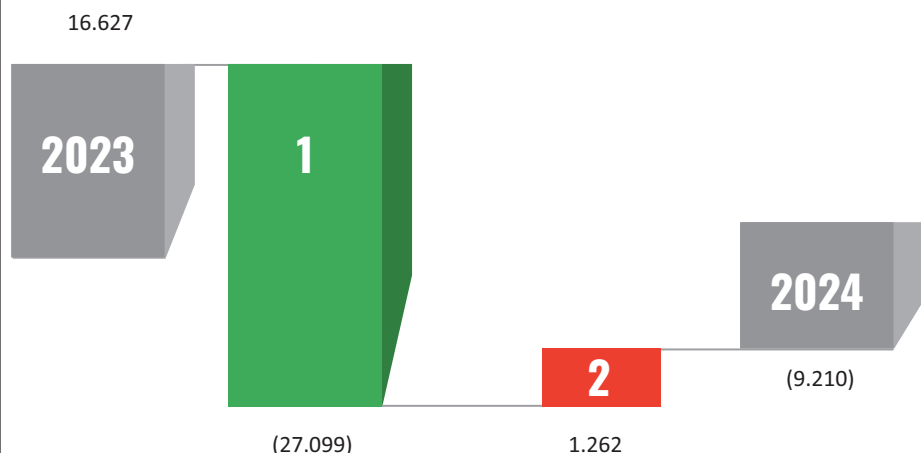


Gráfico 4: despesas gerais e administrativas 2024 x 2023

Gastos com desenvolvimento

Em 2024, a Codemig realizou gastos de aproximadamente R\$ 16 milhões em convênios de cooperação econômica ou técnica, com o intuito de a Companhia atuar como agente fomentador de projetos do estado. Além disso, R\$100 milhões foram gastos conforme previsto na Lei Estadual 24.601/2023, na qual a Codemig e sua controlada figuraram como interveniente financeiro, ao realizar o pagamento compensatório de trechos de rodovia do DER-MG para os municípios mineiros. Em 2023 não houve gastos nesse sentido.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Codemig teve uma redução de R\$30milhões, derivada da redução da reserva de lucros. Em relação ao resultado de 2024, foi deliberado o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no montante de R\$1,6 bilhão.

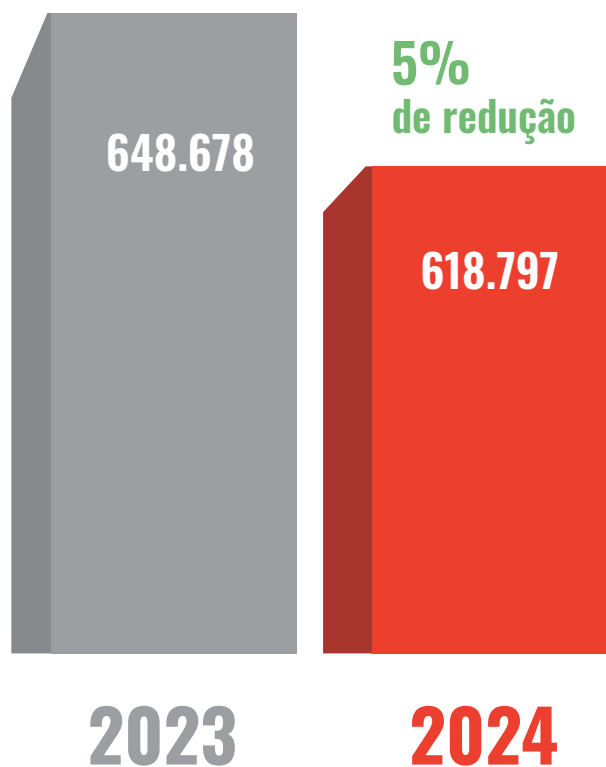


Gráfico 5: patrimônio líquido 2024 x 2023

Ebitda

O Ebitda é uma medição gerencial adotada pela Codemig, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	-	29.428
(-) Resultado financeiro positivo	(148.709)	(189.465)
(+) Depreciação e amortização	3.000	2.995
Ebitda - conforme ICVM 527	1.586.641	1.429.316

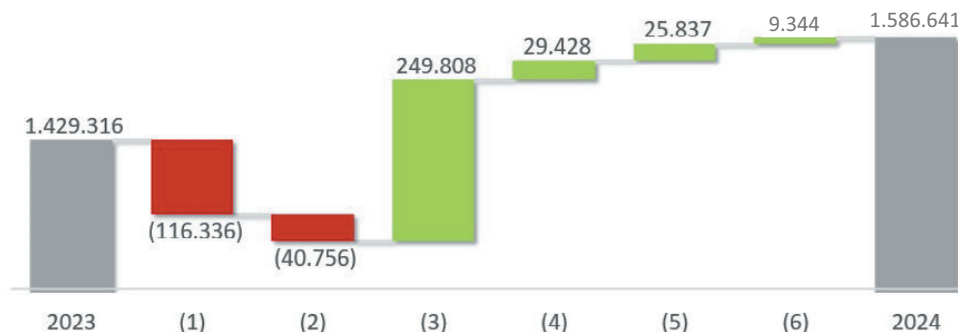


Gráfico 6: Ebitda 2024 x 2023

A variação positiva de 11% do Ebitda da Companhia, R\$157 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Em 2024, aumento dos gastos com desenvolvimento, não ocorridos em 2023;
- (2) Em 2024, redução da receita financeira principalmente em função da diminuição nos rendimentos de aplicação financeira, devido à redução da taxa média anual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (3) Aumento da receita líquida do exercício de 2024, comparativamente a 2023;
- (4) Redução do IR/CS sobre o lucro do exercício devido ao prejuízo fiscal da Companhia em 2024;
- (5) Redução das despesas gerais e administrativas em função de eventos não recorrentes em 2024;
- (6) Outras reduções pulverizadas.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codemig informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 17 de abril de 2018, houve um aditivo prorrogando o prazo até 17 de julho de 2020 e, após nova licitação, foi contratada novamente em 26 de maio de 2020. Esse contrato já teve três aditivos e estará vigente até 26 de maio de 2025, para a realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras (DFs).

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

No processo de contratação dos serviços de auditoria, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes, bem como supervisionar as atividades desses profissionais, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e sua adequação às necessidades da Companhia.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Em milhares de reais

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.509	180.066	Contas a pagar	13	631.706	630.360
Títulos e valores mobiliários	6	1.291.813	981.071	Tributos a recolher	14	930	3.918
Contas a receber	7	416.971	198.335	Adiantamentos recebidos	16	-	21.922
Dividendos a receber	10	2.051	4.016	Partes relacionadas	9	699	748
Impostos e contribuições a recuperar	8	25.529	1.493	Dividendos a pagar	15	601.577	379.812
Total do ativo circulante		1.931.873	1.364.981	Total do passivo circulante		1.234.912	1.036.760
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	469.637	621.424	Adiantamentos recebidos	16	795.947	525.712
Impostos e contribuições a recuperar	8	73	423	Provisões	17	46.284	44.262
Partes relacionadas	9	24.757	24.757	Total do passivo não circulante		842.231	569.974
		494.467	646.604	Total passivo		2.077.143	1.606.734
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	268	268	Capital social	18	10.260	10.260
Intangível	11	269.044	243.541	Reserva de capital		591.170	591.170
	12	288	18	Reservas de lucros		17.367	47.248
		269.600	243.827	Total do patrimônio líquido		618.797	648.678
Total do ativo não circulante		764.067	890.431	Total do passivo e patrimônio líquido		2.695.940	2.255.412
Total do ativo		2.695.940	2.255.412				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	10.260	591.170	2.052	31.652	-	635.134
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.586.358	1.586.358
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.586.358	1.586.358
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 18(e) e (f))	-	-	-	-	(1.501.165)	(1.501.165)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 18(g))	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(31.649)	-	(31.649)
Constituição de reservas (nota 18(d))	-	-	-	45.193	(45.193)	-
Em 31 de dezembro de 2023	10.260	591.170	2.052	45.196	-	648.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.732.350	1.732.350
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.732.350	1.732.350
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 18 (e) e (f))	-	-	-	(3)	(1.699.035)	(1.699.038)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 18(g))	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Dividendos adicionais propostos (nota 18 (d))	-	-	-	(45.193)	-	(45.193)
Constituição de reservas (nota 18 (d))	-	-	-	15.315	(15.315)	-
Em 31 de dezembro de 2024	10.260	591.170	2.052	15.315	-	618.797

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	2024	2023
Receita líquida	19	1.688.730	1.438.922
Lucro bruto		1.688.730	1.438.922
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	9.210	(16.627)
Gastos com desenvolvimento	21	(116.336)	-
Resultado com participações societárias	10	916	4.016
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.121	10
		(105.089)	(12.601)
Lucro antes do resultado financeiro		1.583.641	1.426.321
Receitas financeiras	22	151.697	192.516
Despesas financeiras	22	(2.988)	(3.051)
Resultado financeiro, líquido		148.709	189.465
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.732.350	1.615.786
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23	-	(29.428)
Lucro líquido do exercício		1.732.350	1.586.358
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	24		
Ordinárias		282,92	834,89
Preferenciais		9.318,15	7.957,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
Total do resultado abrangente do exercício	1.732.350	1.586.358

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
Ajuste de		
Depreciação e amortização	3.000	2.995
Reversão de provisão para adequação ao valor recuperável de ativos	(28.499)	(2.300)
Receitas financeiras	(146.861)	(146.767)
Despesas financeiras	3.617	2.981
Resultado com participações societárias	(916)	(4.016)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(174)	(201)
Ajustes de capital de giro		
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(352.260)	131.330
(Aumento) / redução no contas a receber	(218.636)	13.954
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	(10.181)	17.435
(Redução) / aumento de débitos com partes relacionadas	(49)	408
Aumento / (redução) no contas a pagar	1.346	(16.716)
Redução dos tributos a recolher	(4.364)	(3.398)
Aumento / (redução) de adiantamentos recebidos	248.313	(74.969)
Dividendos recebidos	2.881	266
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	1.229.567	1.507.360
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(173.000)	(496.879)
Resgate de títulos e valores mobiliários	497.966	239.077
Fluxo de caixa líquido originado / (aplicado) nas atividades de investimento	324.966	(257.802)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(22.164)	(36.940)
Dividendos pagos	(1.516.926)	(1.390.238)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.539.090)	(1.427.178)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	15.443	(177.620)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	180.066	357.686
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	195.509	180.066
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	15.443	(177.620)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autoriza a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”), de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito. A Administração do Grupo continua acompanhando o julgamento do último procedimento no âmbito do TCE sobre o tema.

Além disso, em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. O referido Projeto de Lei foi arquivado em janeiro de 2023, em virtude do fim da última legislatura. Mantido o interesse na matéria nos mesmos moldes ou em outros de interesse, o Governo de Minas deverá reapresentar a demanda ao legislativo para nova tramitação.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo da saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) de indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemig está autorizada a atuar de forma à (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar e receber imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação e (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (anticipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 13.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP acima do seu resultado por competência – decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados – a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2024 foram devolvidos à CBMM R\$619.728 para quitação do IR/CS da SCP de 2023 (R\$588.719 em janeiro 2023 referente ao IR/CS de 2022), conseqüentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente: a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

(c) Municipalização de Rodovias

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601 autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio, podendo o pagamento ser realizado pela Codemig e/ou pela sua controlada, a Codemge. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. O repasse será requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência, em que a Companhia e sua controladora irão figurar como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação. Para detalhes sobre valores repassados até 31 de dezembro de 2024, vide nota 21.

(d) Federalização da Codemig

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (“ALMG”), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado (“ADCT”), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024. A Companhia atualmente realiza estudos internos, a fim de permitir a adequada avaliação da Codemig no cenário de uma federalização, com intuito de viabilizar as negociações entre o ente federal e o Estado com vistas à redução da dívida de Minas e ao equilíbrio das contas públicas.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela Administração da Companhia em 09 de abril de 2025.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subseqüentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

• **Alteração ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para a Companhia.

Alterações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

(a) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, as vendas da CBMM foram impactadas negativamente. A CBMM não tem expectativa de retomada das vendas impactadas até o fim das sanções econômicas estabelecidas e inclusive provisionou para perda parcelas em atraso de clientes provenientes desses países.

O conflito entre tais países ocasionou ainda uma recessão na Europa em função de uma crise energética ocasionada pela diminuição de fornecimento de gás anteriormente oferecido pela Rússia. Diante disso, houve um impacto no setor industrial europeu e consequentemente na SCP.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A pandemia de Covid-19 ainda gerou impactos no resultado da Codemig durante o exercício de 2024 e, apesar da recuperação do mercado de nióbio, o resultado da SCP é impactado pela lenta recuperação do mercado na China.

Outro efeito da pandemia é a pressão inflacionária global, com aumento de juros e desaceleração do crescimento.

(c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.3. Investimento

Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Coligada	Principal atividade	% participação	
		2024	2023
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

2.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.5. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA ou Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. O saldo registrado em perdas esperadas refere-se ao arrendamento da Sala Minas Gerais do Centro Cultural Presidente Itamar Franco.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, não houve perda de valor recuperável identificada.

(c) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig e aluguéis do Centro Cultural Presidente Itamar Franco.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Prédios e benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil, esta é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2024.

(e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela Administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Em 2023 e 2024 foram feitas reversões de adequação ao valor recuperável no grupo de “Despesas gerais e administrativas”, conforme avaliação do ativo feita por empresa especializada, vide notas 11 e 20.

(g) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e para recuperação ambiental são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(i) Provisão para descomissionamento da mina

O planejamento de fechamento da mina consiste em um conjunto de diretrizes e boas práticas voltadas para o encerramento das atividades de uma jazida mineral, com uma perspectiva de legado pós-mineração.

Variações nos valores dos gastos estimados para descomissionamento da mina ou ainda em função da atualização de sua vida útil serão reconhecidas como ajustes (para mais ou para menos) do custo do imobilizado.

(h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

(i) Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais. O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP, os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 19.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(i) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o IRPJ e CSLL pela modalidade do Lucro Real. Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para a União. A legislação aplicável ao cálculo dos tributos é aquela que está ou esteve em vigor na data da apuração dos valores a pagar ou a restituir pela Companhia.

(ii) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data das demonstrações financeiras.

A Companhia apura, ao longo dos anos, sucessivos prejuízos fiscais e bases negativas. Considerando a estrutura societária da Companhia, a Administração não acredita em um cenário de reversão da situação fiscal presente no curto prazo.

Por consequência, devido à baixa perspectiva de recuperabilidade dos ativos diferidos relacionados ao prejuízo fiscal, os mesmos não são reconhecidos contabilmente e nem apresentados nesta demonstração, ainda que controlados em livros fiscais.

(j) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

(k) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.6. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.5 (f).

No exercício corrente foi feito um novo teste de valor recuperável para o ativo Olhos D'Água e para o Centro Cultural Presidente Itamar Franco, vide notas 11 e 20.

2.7. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízo fiscal, e passou a contar com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 578.762 (R\$ 572.995 em 31 de dezembro de 2023) e base negativa acumulada de R\$ 585.229 (R\$ 579.462 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, assim como nos anos anteriores, não tem perspectiva de alteração do recorrente cenário de prejuízo fiscal e base negativa em razão da estrutura societária da empresa.

Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico do contrato da SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica recursos em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Contas a pagar	631.706	-	-	-
Adiantamentos recebidos	-	-	552.964	242.983
Dividendos e JCP a pagar	601.577	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Contas a pagar	630.360	-	-	-
Adiantamentos recebidos	21.922	31.473	456.554	37.685
Dividendos e JCP a pagar	379.812	-	-	-

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivadas dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, os mesmos apresentam baixo risco de crédito no entendimento da Companhia, tendo em vista que a maioria das aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, segundo avaliações de *rating* e no julgamento da Administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)

	2024	2023
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	130	1.146
brAA+	6	6
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	29	31
A-(bra)	12	12
Caixa	2	2
Total caixa e banco conta movimento	179	1.197
Aplicações financeiras (Standard & Poor's)		
brAAA	-	44.804
brAA+	97.360	112.756
brA	-	11.699
brAA-	10.394	-
brBBB+	12.525	-
(Fitch Ratings)		
BBB(bra)	-	9.610
A+(bra)	39.570	-
(Moody's)		
AA-	25.009	-
A	10.472	-
Total certificados de depósitos bancários	195.330	178.869
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	195.509	180.066
Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)		
brAAA	1.100.017	882.761
brAA+	194.772	223.231
brAA-	30.730	-
brA	78.824	29.582
brA-	-	137.046
brBBB+	-	11.183
(Fitch Ratings)		
AA+(bra)	-	42.634
A-(bra)	-	11.202
A(bra)	154.082	-
BB+(bra)	73.193	132.510
(Moody's)		
Aa1	-	5.821
Ba2	-	9.331
Demais aplicações (i)	129.832	117.194
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	1.761.450	1.602.495
TOTAL	1.956.959	1.782.561

(i) Saldo refere-se à aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), sendo destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo

com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços. A rentabilidade apurada nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2024 foi de 117,04% do CDI (114,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2024, era de 12,25% a.a.. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2024, de 4,83% a.a.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

Ativo	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada			
Índice CDI								
Aplicações financeiras	239.129	239.129	110%	12,25%	14,56%			
Letras financeiras	452.947	452.947	121%	12,25%	14,56%			
Índice IPCA								
Letras financeiras	80.187	80.187	261%	4,83%	5,11%			
Debêntures	3.341	3.341	164%	4,83%	5,11%			
					Cenários			
				Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI								
Aplicações financeiras		38.464	48.080	57.696	28.848	19.232		
Letras financeiras		79.802	99.753	119.703	59.852	39.901		
IPCA								
Letras financeiras		10.707	13.384	16.061	8.030	5.354		
Debêntures		280	350	420	210	140		

(d) Risco cambial

A Companhia não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e suas variações de câmbio impactam a Companhia através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

• informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

• informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

	2024	2023
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	982.692	584.200
Total do ativo	982.692	584.200

• informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	2024	2023
Ativos		
Custo amortizado		
Equivalentes de caixa	195.330	178.869
Títulos e valores mobiliários	778.758	1.018.295
Contas a receber	416.971	198.335
Dividendos a receber	2.051	4.016
Contas a receber com partes relacionadas	24.757	24.757
	1.417.867	1.424.272
VJR		
Títulos e valores mobiliários	982.692	584.200
	982.692	584.200
Total de instrumentos financeiros ativos	2.400.559	2.008.472
Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar	631.706	630.360
Contas a pagar com partes relacionadas	699	748
Dividendos a pagar	601.577	379.812
Adiantamentos e cauções recebidas	795.947	547.634
	2.029.929	1.558.554
Total de instrumentos financeiros passivos	2.029.929	1.558.554



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos conta movimento	179	1.197
Certificados de depósitos bancários – CDB	195.330	178.869
Caixa e equivalentes de caixa	195.509	180.066

Os CDBs da Companhia classificados em caixa e equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 109,31% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras (107,92% em 31 de dezembro de 2023).

6 Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Aplicações financeiras em CDB (i)	96.755	433.358
Fundos de investimento (ii)	982.692	584.200
Letras financeiras (iii)	678.662	578.517
Debêntures (iv)	3.341	6.420
	1.761.450	1.602.495

	2024	2023
Circulante	1.291.813	981.071
Não circulante	469.637	621.424
	1.761.450	1.602.495

(i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 1 a 34 meses. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em	
	2024	2023	2024	2023
CDI	107% a 121%	104% e 121%	43.799	386.492
Pré-fixado	12,85% a 13% a.a.	13% a.a.	52.956	46.866
			96.755	433.358

(ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Em relação ao valor total de aplicações em fundos, 87%, ou seja, R\$852.860 possuem liquidez diária, ou até D+10, indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O restante dos recursos está aplicado no fundo Ouro Preto FIC FIM CP destinado a investidores qualificados, com liquidez d+71 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 108,54% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade foi de 108,55% do CDI.

(iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia, possuem liquidez de até 60 meses e são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em	
	2024	2023	2024	2023
CDI	109% a 145%	106% a 162%	360.146	390.718
CDI +	CDI+1,00%	CDI+0,62% a CDI+1,35% a.a.	92.801	103.513
Pré-fixado	7,25% a 16,21% a.a.	6,54% a 7,92% a.a.	145.528	44.220
IPCA +	IPCA+7,25% a 8,72% a.a.	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	80.187	40.066
			678.662	578.517

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em	
	2024	2023	2024	2023
CEMIG				
IPCA	IPCA+3,10% a.a.	IPCA+3,10% a.a.	3.341	6.420
			3.341	6.420

Referem-se a debêntures da Cemig adquiridas em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em fevereiro de 2025, e visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, conforme critérios da política de aplicações do Grupo. As debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro.

7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Ademais, a Companhia registra mensalmente saldos a receber derivados de obrigações contratuais de reembolso de despesas operacionais da Sala Minas Gerais que se encontra cedida em cessão não onerosa.

Os saldos estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	2024	2023
Sociedade em Conta de Participação:		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	416.760	198.102
Outras contas a receber:		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	3.103	3.125
	419.863	201.227

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	(2.892)	(2.892)
	416.971	198.335

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	2024	2023
A vencer	416.971	198.335
Vencidos:		
Há mais de 180 dias	2.892	2.892
	419.863	201.227

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Os títulos constituídos como perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são referentes aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica durante o período de setembro de 2020 a dezembro de 2021. Estes mesmos títulos atualmente se encontram em processo de cobrança judicial. O contrato com o Instituto é de permissão de uso, indissociável ao Contrato mantido com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Embora uma cessão não onerosa, este mesmo contrato determina que as despesas para manutenção da Sala Minas Gerais pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário.

A movimentação das perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(2.892)	(3.224)
Constituição	(52)	(102)
Baixa por perda definitiva	52	102
Reversão por recebimento do título	-	332
Saldo final	(2.892)	(2.892)

8 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2024 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da Receita Federal do Brasil ("RFB").

	2024	2023
Imposto de renda	23.863	1.698
Contribuição social	1.666	-
Outros impostos e contribuições a recuperar	73	218
	25.602	-
Circulante	25.529	1.493
Não circulante	73	423
	25.602	1.916

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados a longo prazo.

9 Partes relacionadas

(a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Grupo econômico								
CODEMGE								
Circulante								
Contas a pagar (i)	-	-	699	748	-	-	(7.853)	(6.972)
Não circulante								
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 16)	24.757	24.757	-	-	-	-	-	-
EMC								
Receitas arrendamento (iii)	-	-	-	-	5.460	961	-	-
Coligadas								
COMIPA								
Circulante								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
Outros								
CBMM								
Circulante								
Contas a receber / receita (notas 7 e 19)	416.760	198.102	-	-	2.676.611	2.083.235	-	-
Contas a pagar (nota 1(b) e 13)	-	-	631.705	630.291	(995.309)	(647.519)	-	-
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 16)	-	-	-	21.922	-	-	-	-
Não circulante								
Adiantamentos recebidos (ii) (nota 16)	-	-	795.947	525.712	-	-	-	-
MGS								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(267)	(298)
PRODEMGE								
Serviços de informática	-	-	-	-	-	-	(14)	-
SEGOV								
Publicação Diário Oficial	-	-	-	-	-	-	(4)	(5)
Gastos com desenvolvimento								
Gastos com Convênios (iv) (nota 21)	-	-	-	-	-	-	(16.149)	-
Transferência Municipalização (v) (nota 21)	-	-	-	-	-	-	(100.187)	-

(i) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de custos entre as partes. Além destas, existem receitas e despesas das operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.

(ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operações de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1(b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que, em anos posteriores, a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 16.

(iii) Refere-se a receitas decorrentes do contrato de locação para a Empresa Mineira de Comunicação – EMC - do Edifício Rádio Inconfidência e TV Minas, localizado no Centro Cultural Itamar Franco, e dos equipamentos instalados no prédio que viabilizam a operação das emissoras de radiodifusão.

(iv) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 21. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Co-



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. Em função de diversos órgãos estaduais atuarem como intervenientes nos Convênios, os saldos repassados, ou, eventualmente devolvidos, são divulgados como transações com partes relacionadas.

(v) Conforme Lei Estadual 24.601/2023, a Companhia figura como interveniente financeiro responsável por realizar o pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros. Vide nota 21.

(b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

A Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 11.

(c) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos os seus membros que participam da Administração da Codemge renunciaram a seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$8.998 e estão contabilizadas na Codemge (R\$6.660 em 31 de dezembro de 2023) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

10 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém ações que conferem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Investimento	2024	2023
COMIPA	268	268
	268	268

Movimentação do investimento em participação societária nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Investimento	Saldo em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2024
COMIPA	268	916	(916)	268
	268	916	(916)	268

Investimento	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2023
COMIPA	268	4.016	(4.016)	268
	268	4.016	(4.016)	268

Resumo dos saldos da investida em 31 de dezembro de 2024:

Investimento	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
COMIPA	20.887	10.873	17.730	13.504	526

Investimento	Receita Líquida	Lucro do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
COMIPA	97.444	1.797	-	1.797

Abertura dos dividendos a receber:

Dividendos a receber	2024	2023
COMIPA	2.051	4.016
	2.051	4.016

11 Imobilizado

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	Prédios e Equipamentos			Total
	Terrenos	benfeitorias	operacionais	
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(16.753)	(10.924)	(27.677)
Impairment	(218.690)	(128.631)	-	(347.321)
Saldo contábil, líquido	121.101	111.403	11.732	244.236
Depreciação - adições	-	(1.438)	(1.557)	(2.995)
Impairment	2.300	-	-	2.300
Em 31 de dezembro de 2023	123.401	109.965	10.175	243.541
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(18.191)	(12.481)	(30.672)
Impairment	(216.390)	(128.631)	-	(345.021)
Saldo contábil, líquido	123.401	109.965	10.175	243.541
Depreciação - adições	-	(1.439)	(1.557)	(2.996)
Impairment	(13.192)	41.691	-	28.499
Em 31 de dezembro de 2024	110.209	150.217	8.618	269.044
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(19.630)	(14.038)	(33.668)
Impairment	(229.582)	(86.940)	-	(316.522)
Saldo contábil, líquido	110.209	150.217	8.618	269.044

(a) O Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF") está parcialmente cedido em comodato não oneroso às partes relacionadas (entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 131.673 (R\$ 196.462 em 31 de dezembro de 2023) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.357 (R\$ 2.968 em 31 de dezembro de 2023). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação de ambos os ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em outubro de 2023, foi assinado contrato com a Empresa Mineira de Comunicação ("EMC"), para locação do edifício Rádio Inconfidência e TV Minas localizado no Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF"), pelo valor mensal de R\$251 e condomínio estimado em R\$130, por um período de 05 (cinco) anos, contado da data de assinatura deste contrato, reduzindo parcialmente a área cedida em comodato não oneroso.

(b) A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno de Olhos D'Água, equivalente a 28.500 m² e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

Impairment de ativos

	2023	Adições	Reversões	2024
Terrenos				
CCPIF (i)	(93.290)	(14.592)	-	(107.882)
Olhos D'Água (ii)	(123.100)	-	1.400	(121.700)
	(216.390)	(14.592)	1.400	(229.582)
Prédios e benfeitorias				
CCPIF (i)	(128.631)	-	41.691	(86.940)
	(128.631)	-	41.691	(86.940)
TOTAL	(345.021)	(14.592)	43.091	(316.522)

(i) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. Em 2024, foi elaborado novo laudo de avaliação do empreendimento, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.099. Considerando o valor total do ativo, a avaliação por meio do método evolutivo resulta em uma perda por impairment no valor de R\$194.822, sendo reconhecido R\$ 107.882 em terrenos e R\$ 86.940 em prédios e benfeitorias (R\$ 221.921 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Olhos D'Água

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por impairment no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$1.400.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 121.700 (R\$ 123.100 em 31 de dezembro de 2023).

12 Intangível

O intangível da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	Marcas e patentes	Descomissionamento de mina (i)	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	7	-	12	19
Amortização acumulada	-	-	(1)	(1)
Saldo contábil, líquido	7	-	11	18
Aquisições	-	-	-	-
Amortização - adições	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	7	-	11	18
Custo	7	-	12	19
Amortização acumulada	-	-	(1)	(1)
Saldo contábil, líquido	7	-	11	18
Aquisições	-	292	-	292
Baixas	-	(18)	-	(18)
Amortização - adições	-	(4)	-	(4)
Em 31 de dezembro de 2024	7	270	11	288
Custo	7	274	12	293
Amortização acumulada	-	(4)	(1)	(5)
Saldo contábil, líquido	7	270	11	288

(i) Descomissionamento de mina

Em junho de 2024, houve reconhecimento inicial da provisão para descomissionamento da mina de pirocloro localizada no município de Araxá, referente à parceria firmada entre a CBMM e a Companhia para exploração do nióbio. O ativo reconhecido em contrapartida à provisão refere-se ao valor calculado e trazido a valor presente de todas as despesas cuja expectativa de desdobro futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração.

Anualmente, o valor do ativo de descomissionamento é atualizado de acordo com os estudos realizados pela CBMM nos quais indicam eventuais alterações nas premissas para a provisão e expectativa de vida útil da mina (para mais informações, vide nota 17).

13 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data-base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte refere-se às obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	631.705	630.291
Fornecedores nacionais	1	69
	631.706	630.360

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Tributos a recolher

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social	-	2.786
PIS e COFINS	903	855
Tributos retidos de terceiros	27	277
	<u>930</u>	<u>3.918</u>

15 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	2024	2023
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	294.772	183.393
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	-	2.940
Dividendos a pagar à CODEMGE	306.805	190.878
Juros sobre capital próprio a pagar à CODEMGE	-	2.601
	<u>601.577</u>	<u>379.812</u>

16 Adiantamentos recebidos

	2024	2023
Adiantamento dos lucros da SCP (i)	704.244	583.988
Valores a ressarcir a SCP (ii)	91.703	(36.354)
	<u>795.947</u>	<u>547.634</u>
Circulante	-	21.922
Não circulante	795.947	525.712
	<u>795.947</u>	<u>547.634</u>

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 24.757 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018, R\$ 67.284 em 2019, R\$407.952 em 2022 e R\$156.234 em 2024 e serão vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2027 e 2031. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	2024	2023
Por ano de vencimento		
2024	-	25.762
2025	-	36.686
2026	-	69.249
2027	272.434	341.683
2028	56.335	71.585
2029	137.475	39.023
2030	127.656	-
2031	110.344	-
	<u>704.244</u>	<u>583.988</u>

17 Provisões

	2024	2023
Provisões para contingências (i)		
Contingências cíveis	40.104	38.253
Contingências tributárias	6.115	6.009
	<u>46.219</u>	<u>44.262</u>
Provisão para descomissionamento (ii)		
Descomissionamento de mina	30.613	-
(-) Ajuste ao valor presente	(30.548)	-
	<u>65</u>	<u>-</u>
	<u>46.284</u>	<u>44.262</u>

(i) Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A contingência cível, no valor de R\$40.104 (R\$38.253 em 31 de dezembro de 2023), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda com correção. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba ("Codevasf"), que também é parte no processo, apresentou recurso especial pendente de julgamento pelo STJ. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrada pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Movimentação das provisões de contingências nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2023	Adições	Reversões	Atualização Monetária	2024
Contingências cíveis	38.253	-	-	1.851	40.104
Contingências tributárias	6.009	935	(1.108)	279	6.115
	<u>44.262</u>	<u>935</u>	<u>(1.108)</u>	<u>2.130</u>	<u>46.219</u>
	2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	2023
Contingências cíveis	36.835	-	-	1.418	38.253
Contingências tributárias	5.962	893	(1.093)	247	6.009
	<u>42.797</u>	<u>893</u>	<u>(1.093)</u>	<u>1.665</u>	<u>44.262</u>

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a Administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras há R\$25.828 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$24.283 em 31 de dezembro de 2023).

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória de pagamento de honorários sucumbenciais em uma ação popular ajuizada em junho de 2018, cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. Há contingência passiva que está sob responsabilidade da Companhia, com risco estimado em R\$25.828 (R\$24.157 em 31 de dezembro de 2023). Em 15 de maio de 2023, a Companhia interpôs recurso visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

Contingências ativas

Existe um processo de contingência ativa que a Companhia está envolvida classificado como provável entrada de benefícios econômicos por seus consultores jurídicos no montante estimado atualizado de R\$5.854 em 31 de dezembro de 2024, para o qual é requerida a divulgação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Tal processo refere-se aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica pelas despesas com manutenção da Sala Minas Gerais durante o período de setembro de 2020 a dezembro de 2021, conforme nota 7.

(ii) Provisão para descomissionamento

No dia 13 de junho de 2024, foi assinado o 11º acordo entre a Codemig e a CBMM. Nele foi ressaltado o fato do contrato da SCP ter a vigência até 2032, ou seja, prazo inferior ao prazo estimado para vida útil da mina de pirocloro localizada no município de Araxá. Dessa forma, as partes determinaram, por meio deste acordo, que a contabilização do provisionamento para o fechamento das minas deveria ser de responsabilidade de cada uma das titulares dos seus respectivos direitos minerários.

Tendo isso em vista, a Companhia reconheceu em junho de 2024 a provisão para descomissionamento de sua mina em Araxá, tendo como base uma estimativa de gastos de todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração. A expectativa de vida útil das minas foi revisada em dezembro de 2024, passando de 80 para 76 anos de acordo com estudos contratados pela CBMM.

As obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam, são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente. A expectativa de início dos desembolsos é para o ano de 2100 e, portanto, foi registrado ajuste ao valor presente (AVP) dessa provisão. Em dezembro de 2024, foi considerada a taxa DI em 12,15% a.a. descontada da taxa de inflação de 4,90% a.a. como taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação. Como contrapartida relativa à provisão de descomissionamento ajustada a valor presente foi registrado um ativo de descomissionamento de mina (vide nota 12).

18 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$10.260 em 31 de dezembro de 2023). O capital social da Companhia é representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemge detém 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto o acionista Estado de Minas Gerais detém 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

(b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de capital é de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2023) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$2.052 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Retenção de lucros

Após a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destinou o saldo do lucro do exercício à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação em Assembleia Geral Ordinária. O saldo, que era composto pela parcela do lucro líquido do exercício de 2023, foi distribuído como dividendos adicionais no valor de R\$45.193 e como dividendos intermediários no valor de R\$3 em deliberação de Assembleia Geral de acionistas realizada em abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$15.315 (R\$45.196 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007).

(e) Dividendos preferenciais fixos

A distribuição prioritária de dividendos obedece aos §4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social e ainda ao art. 203 e § 1º do art. 204 da Lei 6.404/76 (Lei das SA), em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos preferenciais fixos, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2024 apurados até o mês de dezembro foram mensurados em R\$1.681.302, sendo R\$1.486.384 deliberados pela Diretoria até a data-base dessas demonstrações financeiras e R\$18.000 creditados a título de juros sobre capital próprio. O valor de R\$176.918 foi deliberado em janeiro de 2025.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	1.732.350	1.586.358
Resultado da sociedade em conta de participação do exercício (SCP) (25%)	1.681.302	1.435.716
Base para dividendos fixos preferenciais (Resultado da SCP)	1.681.302	1.435.716
Dividendos fixos preferenciais deliberados	1.486.384	1.327.601
Juros sobre o capital próprio creditados	18.000	40.000
Dividendos preferenciais a deliberar	<u>176.918</u>	<u>68.115</u>
	<u>1.681.302</u>	<u>1.435.716</u>

(f) Dividendos ordinários obrigatórios

De acordo com o art. 10º do Estatuto Social é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, em cada exercício, dividendos obrigatórios de 70% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento dos dividendos prioritários aos detentores de ações preferenciais, dividendos obrigatórios estes que serão atribuídos proporcionalmente a cada ação ordinária.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sendo assim, do lucro líquido do exercício de R\$1.732.350, deduzidos os R\$1.681.302 de dividendos preferenciais, foram provisionados R\$35.733 a título de dividendos obrigatórios conforme definido no Estatuto.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	1.681.302	1.435.716
Base para distribuição de dividendos	51.048	150.642
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro	70%	70%

	2024	2023
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	35.733	105.449
Total de dividendos distribuídos	1.717.035	1.541.165

(g) Juros sobre o capital próprio

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2024 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$18.000, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	2024	2023
Patrimônio líquido	618.797	648.678
Lucro líquido do exercício	1.732.350	1.586.358
Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	1.723.506	1.647.990
Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado	44.662	42.753
Limite de 50% do lucro líquido ajustado	861.753	823.995
Juros sobre o capital próprio	18.000	40.000

19 Receita

	2024	2023
Receita – SCP	1.681.302	1.435.716
Receita com arrendamentos e locações (i)	8.185	3.533
Receita bruta	1.689.487	1.439.249
Impostos	(757)	(327)
Receita líquida	1.688.730	1.438.922

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	2024	2023
Resultado da SCP	13.363.267	11.618.278
Receita bruta de vendas	13.363.267	11.618.278
Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço	20.521	(192.936)
Receita líquida de vendas	13.383.788	11.425.342
Custo de vendas	(2.381.405)	(2.317.470)
Margem bruta nas vendas	11.002.383	9.107.872
Despesas estruturais (ii)	(1.684.251)	(494.041)
Outras receitas operacionais	13.345	26.811
Lucro operacional	9.331.477	8.640.642
Resultado de cláusulas contratuais da SCP (iii)	1.374.967	(307.704)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	10.706.444	8.332.938

Participação de 25% da Companhia

Varição cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	2.676.611	2.083.235
Imposto de renda e contribuição social a pagar – SCP (iv)	(128.057)	77.795
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (iv)	(598.906)	(619.728)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	(32.799)	(10.563)
	(235.547)	(95.023)

Receita - SCP	1.681.302	1.435.716
----------------------	------------------	------------------

(i) Refere-se principalmente ao contrato de utilização do prédio de rádio e TV do Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF) que começou a ser faturado em novembro de 2023.

(ii) Refere-se principalmente ao efeito de variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação.

(iii) Refere-se principalmente ao efeito de competência da variação cambial incidente nos contratos de Pré-Pagamento de Exportação (PPE) e a equivalência patrimonial da participação nas subsidiárias.

(iv) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1(b) e 13).

20 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal (i)	(7.857)	(6.972)
Serviços de terceiros (ii)	(5.749)	(8.000)
Indenizações (iii)	(1.278)	(2)
Depreciação e amortização	(3.000)	(2.995)
Despesas tributárias	(1.579)	(1.492)
Reversão da provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa	-	333
Reversão de contingências tributárias	174	201
Reversão da provisão para adequação valor recuperável de ativos (iv)	28.499	2.300
	9.210	(16.627)

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada. Em março de 2023, houve uma revisão deste contrato de compartilhamento de serviços em que houve uma correção dos valores cobrados.

(ii) No 3º trimestre de 2023, ocorreu o pagamento de serviços prestados de consultoria financeira pela empresa Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor de R\$2.785, para o processo de análise, avaliação e negociação dos direitos minerários. Ademais, referem-se principalmente aos gastos com prestação de serviços de terceiros para conservação e manutenção do Centro Cultural Presidente Itamar Franco e ainda serviços de auditoria.

(iii) No 4º trimestre de 2024, houve a indenização à Mineiraria - Casa da Gastronomia SPE Ltda, antiga arrendatária da Casa Tombada que faz parte do complexo Centro Cultural Presidente Itamar Franco, no valor de R\$1.289, deliberado em reunião da

diretoria pelo pagamento equivalente ao prejuízo da concessionária entre março de 2020 e dezembro de 2021, referente a pandemia da Covid19, somado ao prejuízo entre janeiro e julho de 2024.

(iv) No 4º trimestre de 2024, foi realizada uma reversão do valor recuperável do terreno no bairro Olhos D'Água no valor de R\$1.400 e do Centro Cultural Presidente Itamar Franco no valor de R\$27.099, de acordo com laudos de avaliação contratados de terceiros. Em 2023, ocorreu também a reversão parcial do valor recuperável do terreno no bairro Olhos D'Água no valor de R\$2.300. Para maiores informações vide nota 11.

21 Gastos com desenvolvimento

Contrato	Descrição	Data	Valor	Valores gastos no exercício de	
				2024	2023
				Valor total gasto até dez/2024	
Convênios					
11518	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	02/04/24	9.800	9.800	9.800
11560	Associação de Pais, Amigos e Mestres do Colégio Militar de Belo Horizonte - APAM	06/06/24	1.348	1.348	1.348
11561	Prefeitura Divino	29/05/24	200	200	200
11563	Associação Mineira de Municípios - AMN	29/05/24	1.636	1.636	1.636
11586	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD	19/06/24	1.000	1.000	1.000
11589	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ANDESIAP	19/06/24	1.100	1.100	1.100
11594	Liga dos Esportes - LIDARP	26/06/24	500	500	500
11640	Instituto Brasil Ride	05/07/24	500	500	500
11662	Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem - ABDER	13/08/24	65	65	65
			16.149	16.149	16.149

Termos de Transferência Municipalização (i)

11582	Água Boa	12/06/24	2.243	2.243	2.243
11548	Brazópolis	29/05/24	2.240	2.240	2.240
11558	Bugre	13/06/24	1.190	1.190	1.190
11583	Capelinha	12/06/24	3.080	3.080	3.080
11556	Carbonita	03/06/24	1.610	1.610	1.610
11602	Carmópolis de Minas	25/06/24	1.540	1.540	1.540
11581	Córrego do Bom Jesus	12/06/24	1.400	1.400	1.400
11552	Córrego Fundo	03/06/24	2.800	2.800	2.800
11607	Curvelo	26/06/24	10.220	10.220	10.220
11575	Divino	12/06/24	1.330	1.330	1.330
11590	Divisa Nova	24/06/24	700	700	700
11619	Formoso	01/07/24	910	910	910
11559	Guanhães	03/06/24	8.470	8.470	8.470
11591	Guaxupé	24/06/24	4.410	4.410	4.410
11577	Jaíba	12/06/24	3.388	3.388	3.388
11613	Janaúba	01/07/24	2.800	2.800	2.800
11595	Lagoa Dourada	24/06/24	2.170	2.170	2.170
11549	Lajinha	03/06/24	2.310	2.310	2.310
11592	Lambari	24/06/24	6.160	6.160	6.160
11628	Lavras	02/07/24	3.080	3.080	3.080
11618	Manhumirim	01/07/24	2.940	2.940	2.940
11578	Marilac	12/06/24	476	476	476
11574	Martins Soares	12/06/24	3.850	3.850	3.850
11579	Matipó	12/06/24	2.380	2.380	2.380
11610	Mirai	26/06/24	4.410	4.410	4.410
11604	Nacip Raydan	01/07/24	1.400	1.400	1.400
11550	Passos	03/06/24	644	644	644
11585	Poços de Caldas	13/06/24	3.920	3.920	3.920
11576	Poços de Caldas	12/06/24	2.100	2.100	2.100
11554	Reduto	07/06/24	980	980	980
11606	Santa Maria de Itabira	26/06/24	3.010	3.010	3.010
11553	Santo Antônio do Jacinto	03/06/24	700	700	700
11573	São João Batista do Glória	12/06/24	2.240	2.240	2.240
11555	São João Evangelista	03/06/24	3.626	3.626	3.626
11557	São José do Jacuri	03/06/24	420	420	420
11620	São José do Jacuri	01/07/24	630	630	630
11596	São Roque de Minas	24/06/24	280	280	280
11616	São Sebastião do Maranhão	01/07/24	910	910	910
11551	Simonésia	13/06/24	2.030	2.030	2.030
11584	Turvolândia	12/06/24	1.190	1.190	1.190
			100.187	100.187	100.187
			116.336	116.336	116.336

(i) Termos de Transferência Municipalização

Conforme nota 1 (c), foi previsto na Lei Estadual 24.601/2023 que a Codemig e a sua controlada, Codemge, poderiam figurar como interveniente financeiro responsável por realizar o pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros.

22 Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia está relacionado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, principalmente em decorrência do caixa gerado pela SCP mantida em conjunto com a CBMM. Há ainda a receita de atualização monetária do saldo a receber da CBMM, referente ao resultado mensal da SCP e, além disso, a atualização monetária do saldo de tributos a recuperar. As aplicações financeiras possuem como benchmarks o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	2024	2023
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	164.790	192.522
PIS/COFINS Receita Financeira	(8.316)	(8.276)
Varição monetária ativa (i)	14.044	8.268
(-) Reversão atualização monetária (ii)	(19.031)	-
Outras	210	2
	151.697	192.516
Despesas		
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	-	(53)
Varição monetária passiva	(2.130)	(1.666)
Outros	(858)	(1.332)
	(2.988)	(3.051)
	148.709	189.465



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Restituição de saldo negativo de Imposto de Renda – ano 1992

Em setembro de 2024, ocorreu a restituição do crédito de saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário de 1992, exercício 1993. As atualizações monetárias desta restituição foram de R\$5.450.

(ii) Reversão de atualização monetária

Em abril de 2024, a Administração da Companhia, em conjunto com a CBMM, deliberou pela compensação no montante de R\$19.031 em favor da CBMM, devido a pagamentos realizados a maior em favor da Codemig no período de abril de 2017 a junho de 2021, referentes a atualização financeira mensal da receita líquida da SCP mantida entre as referidas empresas.

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real, as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.732.350	1.615.786
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(588.999)	(549.367)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP		
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	571.643	488.143
Ativo diferido não registrado	19.317	19.174
Ativo IR/CS diferido registrado	(1.961)	-
Passivo IR/CS diferido registrado	(17.198)	-
Utilização de prejuízos fiscais	17.198	-
	-	12.622
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(29.428)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,00%	1,82%

Em 31 de dezembro de 2024, a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$578.762 (R\$572.995 em 31 de dezembro de 2023) e base negativa acumulada de R\$585.229 (R\$579.462 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia realizou a apuração de um prejuízo fiscal nesse exercício. Isso se deve ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

A partir de junho de 2024, a Companhia passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferidos sobre as despesas com depreciação fiscal nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferidos no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

	2024	2023
Saldo inicial 1º de janeiro	-	-
Imposto advindos de diferença entre depreciação e fiscal	17.198	-
	17.198	-
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	(17.198)	-
Posição líquida de impostos diferidos	-	-

24 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2024	2023
Lucro do exercício atribuível aos acionistas:	1.732.350	1.586.358
Ordinários	51.048	150.642
Preferenciais	1.681.302	1.435.716
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	180.435	180.435
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação	180.433	180.433
	360.868	360.868
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)	282,92	834,89
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)	9.318,15	7.957,06

25 Cobertura de Seguros

A Companhia avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio.

A Companhia ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevante e que tenha valor de mercado superior a R\$1.000.

Segue abaixo o principal Contrato de Seguro da Companhia:

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2024	05/09/2025	214.224	106
Total				214.224	106

26 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares

Em fevereiro de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de dezembro de 2024 no montante acumulado de R\$176.918. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$90.228, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$86.690. Os proventos foram totalmente pagos em fevereiro de 2025.

Ainda em fevereiro de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de janeiro de 2025 no montante acumulado de R\$25.327. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$12.917, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$12.410. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio também com base no resultado de janeiro de 2025, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.785, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.715. Os proventos foram totalmente pagos em março de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada que é sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira; cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 24/04/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal Estado de Minas**. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/04/BALANCO-EM-CODEMIG-24-04-2025.pdf>

